Rectificação n.º 600/2005. — Por ter saído com inexactidão a publicação inserta no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 50, de 28 de Fevereiro de 2003 [despacho n.º 4099/2003 (2.ª série)], rectifica-se que onde se lê «com efeitos a partir de 5 de Dezembro de 2002» deve ler-se «com efeitos a partir de 7 de Maio de 2003». (Não carece de fiscalização prévia. Não são devidos emolumentos.)

29 de Março de 2005. — O Coordenador, *Carlos de Carvalho Moreira*.

Sub-Região de Saúde do Porto

Despacho n.º 8028/2005 (2.ª série). — *Delegação de competências.* — Nos termos dos artigos 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, para os devidos efeitos de delega, na qualidade de directora do Centro de Saúde de Vila do Conde e Modivas, a competência de sancionamento dos termos de responsabilidade emitidos para acesso dos beneficiários do Serviço Nacional de Saúde à medicina física de reabilitação, TAC, credenciais de transporte de ambulância, oxigenoterapia, aerossoloterapia e termos no Dr. Luís Maria Valente Perfeito Figueiredo, assistente graduado de clínica geral na Unidade de Saúde de Vairão, na Dr.ª Maria Manuela Lopes Tavares Magalhães, assistente graduada de clínica geral na Unidade de Saúde de Labruge, no Dr. Jorge Augusto Vaz Canedo, assistente graduado de clínica geral na Unidade de Saúde de Malta, e na Dr.ª Elsa Marina Pereira Soares Loureiro, assistente graduada de clínica geral na Unidade de Saúde de Modivas, sendo por esta via ratificados todos os actos praticados a partir de 10 de Maio de 2004.

15 de Março de 2005. — A Directora do Centro de Saúde de Vila do Conde e Modivas, *Manuela Ornelas*.

Sub-Região de Saúde de Viana do Castelo

Despacho (extracto) n.º 8029/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Norte de 9 de Fevereiro de 2005:

Maria Fernanda Reinaldes Alves, enfermeira graduada — autorizada a equiparação a bolseiro no País, a tempo inteiro, para realização do estágio clínico, no âmbito do curso de pós-licenciatura de especialização de Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia, no período de 10 de Janeiro de 2005 a 3 de Fevereiro de 2006.

23 de Março de 2005. — A Coordenadora, *Ana Maria Ribeiro*.

Despacho (extracto) n.º 8030/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Norte de 9 de Fevereiro de 2005:

José Gabriel Reis Lima, enfermeiro graduado — autorizada a equiparação a bolseiro no País, a tempo inteiro, para realização do estágio clínico, no âmbito do curso de pós-licenciatura de especialização de Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia, no período de 10 de Janeiro de 2005 a 3 de Fevereiro de 2006.

30 de Março de 2005. — A Coordenadora, *Ana Maria Ribeiro*.

Despacho (extracto) n.º 8031/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Norte de 9 de Fevereiro de 2005:

Filomena La-Saete Dias de Oliveira, enfermeira graduada — autorizada a equiparação a bolseiro no País, a tempo inteiro, para realização do estágio clínico, no âmbito do curso de pós-licenciatura de especialização de Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia, no período de 10 de Janeiro de 2005 a 3 de Fevereiro de 2006.

30 de Março de 2005. — A Coordenadora, *Ana Maria Ribeiro*.

Direcção-Geral da Saúde

Centro Hospitalar de Lisboa (Zona Central)

Aviso n.º 4006/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos dos artigos 15.º, 23.º e 30.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, e do Regulamento dos Concursos de Provedimento na Categoria de Assistente da Carreira Médica Hospitalar, aprovado pela Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, faz-se público que, e por deliberação de 23 de Março de 2005 do conselho de administração do Centro Hospitalar de Lisboa (Zona Central), se encontra aberto concurso interno geral

para o provimento de dois lugares de assistente de otorrinolaringologia da carreira médica hospitalar do quadro transitório do Hospital de São José, aprovado pela Portaria n.º 598/93, de 23 de Junho.

2 — O concurso é institucional, interno geral, e visa o preenchimento das vagas colocadas a concurso, pelo que se esgota com o seu preenchimento.

3 — Local de trabalho e regime de trabalho — o local de trabalho situa-se nas instalações do Centro Hospitalar de Lisboa (Zona Central), sem prejuízo de os funcionários providos poderem vir a prestar serviço noutras instituições com as quais venha a ser celebrado protocolo de colaboração. O regime de trabalho será desenvolvido em horário desfasado, de acordo com as disposições legais existentes nesta matéria, nomeadamente o despacho ministerial n.º 19/90, de 22 de Agosto.

4 — Vencimento — o vencimento é o constante do anexo n.º 1 ao Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março.

5 — Requisitos de admissão:

5.1 — Poderão ser admitidos ao presente concurso os candidatos que satisfaçam, até ao termo do prazo estipulado para a apresentação das candidaturas, os requisitos de admissão previstos no artigo 22.º do Regulamento aprovado pela Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, e não se encontrem abrangidos pelo disposto no artigo 2.º, n.ºs 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 101/2003, de 23 de Maio;

5.2 — Requisitos especiais — só poderão ser admitidos a concurso os candidatos que, cumulativamente com o requisitos previstos no número anterior, sejam possuidores do grau de assistente na área profissional a que respeita o concurso ou a sua equiparação, obtida de acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março.

6 — Apresentação das candidaturas:

6.1 — Prazo — o prazo para apresentação das candidaturas é de 20 dias úteis, contados da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

6.2 — Forma — as candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento, em papel de formato A4, subscrito pelo candidato, dirigido ao presidente do júri do concurso, e entregue pessoalmente na Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos do mesmo Centro, sita no Hospital de São José, Rua de José António Serrano, 1150-199 Lisboa (das 9 às 17 horas, de segunda-feira a sexta-feira), ou remetido pelo correio, registado e com aviso de recepção, até ao termo do prazo fixado no número anterior.

6.3 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

- Identificação completa do requerente (nome, naturalidade, residência, telefone, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, bem como endereço para onde deve ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso);
- Categoria profissional e estabelecimento de saúde a que o requerente esteja vinculado;
- Identificação do concurso, mediante referência ao *Diário da República* onde foi publicado o aviso de abertura;
- Menção do número de documentos que acompanham o requerimento, bem como a sua sumária caracterização.

7 — As falsas declarações prestadas no requerimento pelos candidatos serão punidas nos termos da lei penal.

8 — Os requerimentos de admissão devem ser acompanhados por:

- Documento comprovativo da posse do grau de assistente na área profissional a que respeita o concurso ou da sua equiparação legal;
- Documento comprovativo de que o candidato se encontra inscrito na Ordem dos Médicos;
- Cinco exemplares de *curriculum vitae*;
- Documento comprovativo da natureza e tempo de vínculo à função pública.

8.1 — O documento mencionado na alínea *b)* do n.º 8 pode ser substituído por declaração no requerimento, em alínea separada e sob compromisso de honra, da situação precisa em que se encontra o candidato relativamente ao requisito.

8.2 — A falta dos documentos previstos nas alíneas *a)* e *d)* do n.º 8 determina a exclusão do concurso.

8.3 — Os documentos mencionados na alínea *c)* do n.º 8 poderão ser entregues no prazo de 10 dias úteis, contados do dia seguinte ao do término do prazo de candidaturas, nos termos do n.º 19.1 do Decreto-Lei n.º 43/98, de 26 de Janeiro.

9 — Os métodos de selecção a utilizar no concurso são os mencionados na secção VI da Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro. Se o entender, o júri pode ouvir os candidatos em entrevista, a convocar através de carta registada com aviso de recepção com pelo menos 15 dias de antecedência.

10 — A relação de candidatos admitidos e excluídos será afixada para consulta, nos termos e prazos previstos no n.º 24.2 do Regu-